



APOSENTADORIAS E PENSÕES

Lupi reconhece demora para agir contra fraudes

Ministro afirma que investigação começou a ser feita em 2023 e que uma integrante do Conselho da Previdência Social chamou a atenção para as irregularidades — só que não apresentou provas. Ele atribuiu à falta de pessoal a lentidão das apurações

» FERNANDA STRICKLAND

Wilson Dais/Agência Brasil

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, reconheceu, ontem, que houve demora na apuração, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das denúncias sobre as fraudes dos descontos irregulares em aposentadorias e pensões. Ele admitiu a falha na reunião do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), em Brasília, o que aumenta a pressão sobre o governo para que Lupi seja demitido.

Ele atribuiu o atraso ao pequeno número de funcionários no INSS. “O contingente de pessoal para trabalhar e tratar disso é a metade do que era 15 anos atrás. Hoje, estamos com cerca de 21 mil [funcionários]”, explicou.

Segundo o ministro, “em junho de 2023, começou, dentro do INSS, uma autarquia independente, a se fazer a verificação de todas as denúncias apresentadas, que não era a primeira vez. O 135 [Central do INSS] recebe a toda hora uma denúncia, de alguém que se sente enganado, de alguém que diz que não autorizou. Não só associativista, mas, também, de [crédito] consignado. Pedi, à época, para que o INSS começasse a apurar essas denúncias apresentadas. Levou-se tempo demais”.

O ministro afirmou que o primeiro alerta formal sobre as irregularidades foi feito em 12 de junho de 2023, em uma reunião do CNPS. Lembrou que, na ocasião, a conselheira Tonina Galletti solicitou a inclusão de discussões sobre os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que autorizam descontos diretos nos benefícios. Ela pediu dados sobre o número de entidades conveniadas e o crescimento de associados, assim uma proposta de regulamentação mais rigorosa para que uma instituição pudesse representar aposentados e pensionistas junto ao INSS.

“Abertos os trabalhos, a conselheira Tonina Galletti relatou que havia solicitado a inclusão da discussão sobre os acordos de cooperação técnica (ACTs) das entidades que possuem desconto de mensalidade junto ao INSS, a qual não foi aprovada, uma vez que a pauta já estava elaborada”, diz um trecho da ata da reunião a que Lupi se referiu.

Embora tenha reconhecido que a solicitação acendeu o sinal de alerta, Lupi frisou que seria preciso um levantamento detalhado antes que se adotasse



Em junho de 2023, começou, dentro do INSS a se fazer a verificação de todas as denúncias apresentadas, que não era a primeira vez. Pedi para que começasse a apurar essas denúncias. Levou-se tempo demais”

O INSS não é um botequim de esquina. Não podemos ter resultados de apuração de forma imediata. Não posso responder pelos atos de terceiros. Meu ato é preservar o direito dos 40 milhões de aposentados e pensionistas”

Carlos Lupi,
ministro da Previdência Social

dispensa foi depois que as acusações sobre os descontos começaram a se acumular.

“Afastei o diretor pela ‘horrorosidade’ à época. E foi feita uma auditoria que está aqui no relatório”, disse. Segundo interlocutores do INSS ouvidos pelo **Correio**, Fidélis seria um dos principais envolvidos nas fraudes.

Depois das explicações do ministro, representantes de entidades de aposentados presentes ao CNPS fizeram apelos para que o governo libere os repasses suspensos desde quarta-feira passada. Argumentaram que a paralisação ameaça a sobrevivência de associações que dependem dessas contribuições e pediram que seja feita a diferenciação entre instituições idôneas e aquelas envolvidas em irregularidades. O CNPS reuniu-se pressionado pelas denúncias dos descontos indevidos.

» Em nota, oposição cobra demissão

A oposição ao governo na Câmara divulgou, ontem, nota cobrando do Palácio do Planalto a demissão de Carlos Lupi. Segundo os deputados, a atuação do ministro da Previdência tem uma “conduta que ultrapassa a omissão administrativa: é cumplicidade ativa com um esquema de roubo institucionalizado contra os mais pobres, os mais vulneráveis e aqueles que mais necessitam da proteção do Estado brasileiro”. Carlos Lupi sabia. Carlos Lupi se calou. E, ao se calar, permitiu a continuidade de um crime bilionário, que corroeu a confiança dos brasileiros na Previdência Social”, acusam os parlamentares da oposição. Ainda segundo a nota, assinada pelo líder Zucco (PL-RS), “em qualquer país que respeitasse minimamente a dignidade de seu povo, a exoneração de um ministro em situação tão grave seria automática. No Brasil de hoje, a oposição terá o papel de cobrar, nas ruas, no Congresso e na Justiça, a responsabilização dos culpados”.

Relembre o caso

» Operação Sem Desconto desmantelou um esquema de descontos irregulares aplicados em benefícios previdenciários. Aposentados e pensionistas tiveram pagamentos descontados sem que tivessem autorizado a retirada. A quadrilha usava nomes de associações ou de serviços jamais contratados pelos beneficiários para cometer as fraudes.

» A operação conjunta da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da República apreendeu em dinheiro o equivalente a R\$ 1,734 milhão, entre reais e moedas estrangeiras. Foram arrestados também 61 veículos,

avaliados em R\$ 34,5 milhões, e 141 joias, cujo valor estimado é de R\$ 727 mil.

» Seis pessoas foram presas na operação, todas ligadas a associações suspeitas de fraudarem o INSS. Alessandro Stefanutto, que ocupava a presidência do INSS, inicialmente foi afastado do cargo pela Justiça e investigado pela PF por suspeita de omissão. Horas depois, ele foi demitido por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

» Segundo a PF, os descontos alcançaram R\$ 7,99 bilhões, e quase 100% deles foram irregulares. As entidades

formalizavam Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, o que permitia o desconto em folha dos beneficiários do órgão. Em muitos casos, a liberação era fraudada.

» O episódio reacendeu a preocupação sobre a vulnerabilidade dos sistemas de controle do INSS e deverá pressionar o Conselho Nacional da Previdência Social a propor medidas de proteção aos beneficiários. Fontes do colegiado apontam que já há propostas para o reforço da fiscalização e do endurecimento das regras para a aplicação de descontos nos benefícios. (FS)

alguma providência. O assunto deveria ter sido debatido novamente em julho, mas foi ficado de fora da pauta da reunião.

As primeiras medidas do INSS para conter os golpes foram tomadas apenas em março de 2024, quando novas regras para descontos em aposentadorias e pensões foram publicadas — mas meses depois de o caso começar a ser investigado pela

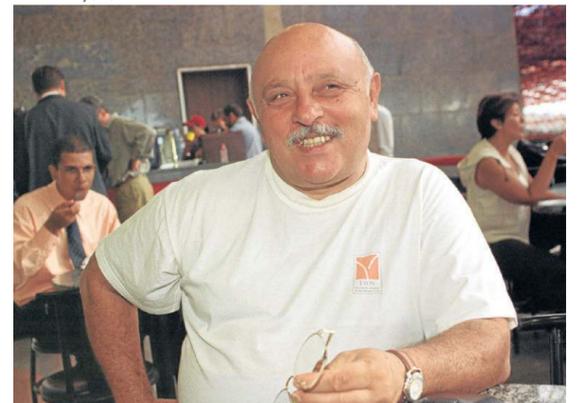
Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar da advertência da conselheira, Lupi afirmou que ela não apresentou provas materiais da denúncia que fazia. Ele defendeu que o governo agiu corretamente ao instaurar auditorias internas e destacou a complexidade das investigações. “O INSS não é um botequim de esquina.

Não podemos ter resultados de apuração de forma imediata. Não posso responder pelos atos de terceiros. Meu ato é preservar o direito dos 40 milhões de aposentados e pensionistas. É para isso que estou aqui”, frisou.

Para o ministro, a demissão de André Fidélis, então diretor de Benefícios Sociais do INSS, em 2024, atesta que o instituto não ficou alheio às denúncias. A

Paulo de Araújo/CB/DA Press



Frei Chico é diretor de um dos sindicatos acusados da fraude

Centrais defendem irmão de Lula

Centrais sindicais divulgaram, ontem, uma nota de apoio a José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi). A entidade é uma das investigadas por fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O documento foi assinado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores

(UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). As seis entidades dizem estar “estarecidas” com a “roubalheira que atinge aposentados e pensionistas”, mas também, segundo elas, com as “distorções que permeiam o noticiário” cujo objetivo seria “promover ataques políticos e antissindicais”.

“Apoiamos a ação da Polícia Federal e defendemos o

ressarcimento de todos que tiveram parte de seus benefícios surrupiados por organizações de má-fé. Repudiamos, igualmente, o desvirtuamento desse caso, transformado em mais um instrumento de ataque aos trabalhadores e ao governo Lula”, diz trecho da nota. As centrais também afirmam que Frei Chico está em evidência somente por ter parentesco com Lula, e que o caso se trata de “pura politicagem eleitoral, que engana muita gente de boa-fé”, diz o texto.

Desde o ano passado, Frei

Chico integra a diretoria do Sindnapi, do qual é filiado desde 2008. Segundo o irmão de Lula, o sindicato não cometeu irregularidades. Disse, também, que espera que os policiais investiguem “toda a sacanagem”.

“Jamais Frei Chico utilizou a estrutura sindical ou política em benefício próprio. Sempre viveu — e continua vivendo — de maneira modesta, fiel aos seus ideais. A narrativa em torno das fraudes no INSS torna-se um discurso contra o governo”, argumentam as entidades.